

DISCURSO PROFERIDO PELO SENHOR PROF. DOUTOR FERRER CORREIA*

DA COMUNIDADE LUSO-BRASÍLICA

Distinguido pelo eminente sodalício deste Real Gabinete Português de Leitura com honroso convite para usar da palavra aqui, neste dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, hesitei em aceitar o encargo.

Duas razões me ajudaram a vencer a hesitação. Em primeiro lugar, pensei que um discurso concebido para comemorar a significativa data do 10 de Junho não tem como destinatários apenas os portugueses da Metrópole, senão também, e no mesmo plano, as comunidades lusas onde quer que existam — e desde logo as que existem aqui, neste País irmão do nosso, as quais são para nós parte da carne e do sangue português. A segunda razão determinante foi que falar no Brasil sobre temas ainda que tão-somente de cultura lusíada — o que aliás não vai ser o caso — não é discorrer sobre algo estranho à própria cultura reinícola, pois uma e outra, sem prejuízo da autonomia de cada uma, procedem incontestavelmente de um tronco comum. As nossas Pátrias, senhores, conquanto separadas pelos abismos do Atlântico, nem por isso deixam de se estreitar — pelas raízes da história, a identidade da língua e os próprios vínculos da consanguinidade — numa comunidade autêntica: a comunidade luso-brasílica.

Justamente a essa idéia vou dedicar as considerações que tenciono pronunciar e desenvolver em seguida.

1. Neste dia 10 de Junho, oficialmente designado “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”, não é possível esquecer que o

(*) Por ocasião das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no Real Gabinete Português de Leitura, 10 de junho de 1994.

Brasil é o maior espaço do mundo onde se fala a Língua de Camões, de Vieira e de Rui Barbosa; a maior entre as sete nações de língua oficial portuguesa. Associar este grande país à celebração do Dia de Portugal é, pois, um ato coerente, historicamente de acordo com o espírito desta consagração da vocação universal do gênio lusíada. O descobrimento ou achamento das terras de Vera Cruz em 1500 por Pedro Álvares Cabral pode entender-se como sendo a última grande gesta dos nossos argonautas. A última na sua dimensão histórica e geográfica, nacional e universal, embora os navegantes portugueses ainda voltassem a distinguir-se depois do reinado de D. Manuel. A última na sua dimensão continental e na sucessão cronológica. A última e a maior de todas, pois o Brasil, graças ao esforço dos nossos irmãos brasileiros, é uma comunidade imensa, poderosa, e igualmente imensa e poderosa pelas virtudes criativas do seu povo. Os portugueses, enquanto estiveram associados aos destinos desta bela e feracíssima terra, defenderam-na da cobiça de outros povos que porfiavam na sua conquista, da qual poderia resultar a sua fragmentação.

Transmitiram eles aos seus habitantes, com a Língua, a mensagem de uma humana fraternidade; a sua concepção do homem e do universo com a religião que converte os escravos em senhores e transforma, pelo amor, os homens em filhos de Deus. Não há judeus, nem gregos, nem persas, nem escravos e homens livres, mas a dignidade da pessoa humana é a mesma em todas as latitudes.

É uma constante da história a tensão entre duas concepções do mundo, com especial incidência no campo da filosofia política: a transpersonalista e a humanista.

Aquela vê no homem um meio ao serviço de valores que o transcendem: os valores objetivados nas obras de cultura, ou encarnados na raça, na coletividade, no estado.

São transpersonalistas as grandes correntes da filosofia jurídico-política do mundo grego-latino (Platão, Aristóteles), pois vêem no bem da coletividade política (da pólis) o supremo bem — e apreciam os homens tão-só pela sua aptidão para servir a cidade. Levam à edificação do estado. Parafrazeando palavras bíblicas relativas ao sábado, poderíamos dizer que o homem nasceu para o estado e não ao invés. Nesta visão das coisas se inspiram os totalitarismos de todos os tempos: seu traço comum reside na degradação da pessoa humana à condição de simples meio ou instrumento para a realização de fins heterônomos.

Bem diferente desta aqueloutra concepção que mergulha raízes no húmus do cristianismo e que — síntese da tendência para dissolver o indivíduo na coletividade com a negação da dimensão social do homem — afirma a complementaridade de ambas. Certo que o homem existe no seu mundo, certo que na comunidade e no estado encarnam valores de relevância indiscutível. As instituições sociais derivam de uma radical necessidade, da própria incompletude do ser humano: sem elas, sem os indicadores de rumo ou padrões de conduta que constituem, não poderia o homem, abandonado aos seus impul-

sos primários, “encontrar-se ou definir-se num contexto ou universo significativo”. Todavia, este universo — o mundo da cultura nas suas múltiplas desimplicações — cria-o o homem para si, ao mesmo tempo que a si próprio se cria, para plenamente se realizar, para a prossecução de fins por ele mesmo livremente assumidos. É o espaço cultural que o homem real e concreto vai conformando e em que se projeta: não existe para o aprisionar, senão para o servir. Este humanismo filosófico-antropológico, de que vos falo, não aliena, portanto, o homem, antes tende a libertá-lo.

Transmitiram, pois, os portugueses aos brasileiros a sua mundividência ou concepção do mundo e da vida. Mas não foi menor o mérito dos brasileiros ao terem-na adotado. Reconhecê-lo é não só prestar-lhes homenagem, mas também assumir a consciência de que os nossos filhos e os nossos discípulos vêm naturalmente a ser nossos irmãos e podem vir a tornar-se nossos mestres. Os Portugueses que se inseriram depois na vida e na realidade brasileiras, sem perderem a sua identidade originária, ainda mais a radicaram amando o Brasil e contribuindo para o progresso desta comunidade e desta Nação. Portugal não esquece os seus filhos que ontem e hoje viveram, e vivem, trabalhando no Brasil. Porque viver e morrer no Brasil outra coisa não é senão viver e morrer em Portugal. Sendo oriundos de um país geograficamente tão pequeno, orgulhamo-nos de ser brasileiros num país geograficamente tão vasto; de falar a mesma língua sob céus tão diferentes e em mundos tão longínquos, ainda que tão próximos pelos sentimentos, pelo coração; de verificarmos que, no Brasil, a nossa identidade lusíada não é anulada, como noutros espaços mesmo europeus, mas confirmada, pois ser culturalmente, civilizacionalmente brasileiro não diverge de ser culturalmente, civilizacionalmente português. O que importa e se nos impõe é consignar na lei o que já é realidade viva na compenetração das almas; ou, então, vivificar a letra da lei pela qual os Portugueses são Brasileiros e os Brasileiros são Portugueses na fidelidade ao seu espírito.

Lembremos o processo da independência brasileira: ele ilustra de modo exemplar o modo de ser português, a tarefa vocacional do povo lusitano: contribuir para a miscigenação de raças, a interpenetração de civilizações — com o correr dos tempos (e como síntese dialética desses contrários) a formação de nações novas. Criado em 1822, o Império do Brasil, com o príncipe herdeiro do trono lusitano por seu primeiro monarca, logo em 1825, aos 13 de Maio, por declaração unilateral de D. João VI, se inicia um processo de reconhecimento jurídico formal de um belo pensamento: o de que todo brasileiro será considerado em Portugal como português, e reciprocamente todo português o deverá ser no Brasil como brasileiro. Idéia por tantos títulos excelente, a que todavia só volvido mais de um século havia de se imprimir cunho adequado, através da Convenção de 1971 sobre Igualdade de Direitos e deveres entre Brasileiros e Portugueses (de que fora precedente o Tratado de Amizade e Consulta, de 1953) e das leis que em Portugal e no Brasil lhe deram execução. Decerto que o estatuto de igualdade de direitos e deveres para portugueses e brasileiros não é ainda a dupla nacionali-

dade; mas constitui inegavelmente um momento e um marco decisivo no caminho desta conquista.

A história da civilização revela-nos que situações semelhantes à nossa ocorreram no passado — e a história do direito ensina-nos como o pensamento jurídico-político da época se comportou e reagiu perante elas. Veja-se o caso das cidades da Grécia Antiga. Eram cidades-estados, cerradas, como disse alguém, por muralhas mais difíceis de transpor que as mesmas de pedra. Nada existe no mundo moderno que possa comparar-se ao hermetismo e à coesão da antiga “polis”.

No entanto, acima da “polis” estava a comunidade helênica, centro polar de valores. Ora, esta forte consciência comunitária tornou por vezes possível, mesmo na ausência de qualquer verdadeira liga ou aliança, que uma cidade outorgasse aos cidadãos das outras as prerrogativas da sua cidadania. A isto se chamou a “isopolitéia” — que era, portanto, a projeção no plano das instituições jurídicas da unidade cultural que os helenos constituíam.

Tal as cidades da Grécia Antiga, Senhores, também os povos de Portugal e do Brasil se casam e complementam numa comunidade que a um tempo os vincula e lhes mantém as características próprias inconfundíveis. Se integram num mundo que, criado pelo gênio português, o brasileiro dilatou, enriqueceu, potenciou.

Parafraseando Heródoto na sua definição dos helenos, direi que somos do mesmo sangue, falamos a mesma língua, temos as mesmas crenças e costumes análogos.

Assim sendo a verdade das coisas, por que não vertê-la pura e simplesmente na forma jurídica da dupla nacionalidade, que tão perto está, aliás, do pensamento do rei português há pouco citado? Por que não aceitar que todo português seja brasileiro no Brasil, sem perda de cidadania, e que todo brasileiro, sem contudo deixar de o ser, seja português em Portugal? Convictamente vos digo que creio ser esta a fórmula jurídica mais consentânea com a realidade espiritual que os nossos Povos constituem.

2. As viagens dos Portugueses na circum-navegação das costas africanas, atingindo o Cabo Bojador em 1434, a foz do Congo em 1483 e o Cabo da Boa Esperança em 1487, exigiram uma longa e paciente preparação técnico-naval, um conhecimento de experiência, tornado conhecimento metódico, das correntes marítimas e do regime dos ventos, assim como exigiram informações precisas da configuração das baías e promontórios. Este trabalho identifica-se com uma verdadeira ciência da arte de navegar. De costeira, a navegação irá converter-se em astronômica, servindo-se os pilotos de cartas de marear e de instrumentos orientadores como a bússola e o astrolábio: já Pedro Nunes o sublinhou na última parte do seu *Tratado da Esfera*. A concepção do Mundo era ainda ptolemaica, mas isso em nada contribuía para que a navegação não fosse rigorosa. O Oriente atrai os Portugueses. A própria descoberta de Vera Cruz — do Brasil — ocorre numa viagem que nascera, também, sob o signo oriental.

Se Vasco da Gama utiliza na sua navegação todos os recursos da ciência e da técnica náuticas, Cristóvão Colombo chega às Ilhas Ocidentais da América do Norte convencido de aportar à Índia, pois na sua famosa Epístola não deixa de mencionar o Rio Ganges. Isto prova, portanto, que igualmente as viagens de Colombo se fizeram sob o signo do Oriente.

É, portanto, em 1500, ano que põe termo ao século XV e dá início a uma nova era, que o Brasil é descoberto, como se a própria cronologia se apostasse em sublinhar que o seu achamento possui o valor simbólico de representar a acme ou a culminação do processo dos Descobrimentos. Se identificarmos estes com o Renascimento português — já que o Humanismo lhe é posterior —, a viagem de Cabral até Vera Cruz pode entender-se como o ponto mais alto, na história, de todo o longo processo da expansão marítima de Portugal. O Brasil constitui, deste modo, o ponto de chegada para um lento e longo trabalho de civilização; constitui igualmente um ponto de partida simbólico, e digo “simbólico” porque os Portugueses só mais tarde iniciaram a sua obra de evangelização e de organização política e administrativa.

O Brasil de hoje é um povo plurirracial, plasmado pelo universalismo, com a sua concepção antropológica definida numa gênese vivencial de inspiração cristã, em cujo cerne, porém, palpitam anseios religiosos e metafísicos de origens orientais e africanas diferenciadas. No gênio brasileiro pode descobrir-se algo da nossa própria vocação para o diálogo ecumênico pelo pensar dos outros. Mas vários influxos culturais vieram enriquecer a visão do mundo e o comportamento dos Brasileiros, a sua específica maneira de conceber o homem e o universo. Também Portugal, na sua cultura, ostenta e às vezes esconde filosofias da existência que assimilou, nos seus encontros de civilização, com povos exóticos.

O Humanismo renascentista nasce do impulso intelectual de perscrutar o microcosmo; o Renascimento português surge da curiosidade de desvendar o *mysterium maris*, portanto do desejo de esclarecer os segredos do macrocosmo, numa espécie de desafio em que o homem se vê confrontado com os riscos de ser destruído por uma natureza primordial. Decerto que a “abertura do mundo” é conatural ao modo-de-ser do homem. Na sua incompletude essencial, o homem não vive imerso ou enclausurado no “seu” mundo, senão que o transcende, nesse afã de constante ultrapassagem (de que fala Heidegger) e de fuga permanente, em que se exprime a sua fundamental inquietação perante a vida. Todavia, essa característica objetiva-se por modos diversos e assume diferentes rostos.

No homem português, tal dimensão traduz-se antes de tudo no empenho de descobrir e de compreender: na resposta ao apelo do mar ignoto, que leva à epopéia dos descobrimentos — o português dá ao mundo novos mundos, sulca os mares nunca dantes navegados, projeta-se por quatro continentes, difunde aonde chega a mensagem da sua cultura, que mistura e caldeia com a dos aborígenes, com eles próprios dalgum modo se mistura e se confunde. Camões transpõe para o poema a gesta heróica. N’*Os Lusíadas*, o motivo épico

de inspiração é o descobrimento português do mundo; o herói, a própria nação que descobriu esse mundo. Lá se encontra, conforme Jaime Cortesão o demonstra em belas páginas, os princípios de um humanismo universalista, “que foi buscar os seus padrões de humanidade às civilizações dos mundos novos”. Se pela forma *Os Lusíadas* se prendem ao Renascimento greco-romano, pela substância, significado e alcance prenunciam os Tempos Modernos. Tal a mensagem de Camões.

É, pois, numa das principais componentes do “ethos” lusíada o ecumenismo, a abertura à miscigenação e ao diálogo com os povos e a civilizações com que fomos topando no percorrer dos caminhos singulares do nosso destino histórico: neste lançar pontes para novos espaços humanos, nesta aptidão para “dar e receber”, nesta atitude eminentemente dialógica reside um dos traços que mais implosivamente singularizam o homem português.

Ora, se virmos bem, esta característica é comum a portugueses e brasileiros. Se o universalismo do português assume a sua maior dimensão numa perspectiva histórica, se principalmente se patenteia nessa missão, que cumprimos, de dar ao mundo novos mundos — o sentido de universalidade dos brasileiros exprime-se em serem eles, na sua própria casa, como nação, uma síntese magnífica de múltiplas etnias, civilizações, culturas. O Brasil, na imensa variedade das suas gentes, na heterogeneidade dos seus grupos humanos de distinta procedência e características bem diversificadas, que todavia em breve se confundem e se dissolvem no todo nacional, o Brasil é um caso paradigmático de pacífica e frutuosa convivência entre homens que se diriam separados por obstáculos intransponíveis: a raça, o idioma originário, as tradições e costumes da vida, as instituições jurídicas, o próprio credo religioso.

É dessa mistura de raças, desse dialogar constante de civilizações e de culturas — que surge o milagre do Brasil: o Brasil encruzilhada do Mundo e concretização porventura única na atualidade daquela referida tendência universalista; o Brasil — e cito agora palavras de Miguel Torga no “Traço de União” — “que, justamente pelo seu começo contemporâneo, pela quantidade e qualidade das suas reservas materiais e virgindade das suas possibilidades espirituais, vai ter no mundo um papel que grandes potências no apogeu ou na agonia já não poderão desempenhar”.

Assim sendo as coisas, o Brasil é, portanto, em vivo, a realidade patente dessa tendência universalista a que me referia.

Eis uma razão mais para não ser deslocado o falar-se, a propósito de Portugal e do Brasil, de uma comunidade cultural.

3. Por mais espiritualmente elevada que seja a matriz civilizacional de uma Nação antiga, que assuma, por décadas ou por séculos, o que julga ser a sua missão histórica junto de comunidades tidas por menos evoluídas, chegará o momento em que deve transformar a sua égide de *patria potestas* num laço de fraternidade. Os povos crescem como os homens. O não aceitar a renúncia a uma autoridade histórica de paternidade pode ser, a

múltiplos títulos, catastrófico. O Brasil é um dos povos cuja autonomia, no velho e no Novo Mundo, foi atingida (como já o recordamos) através de um consenso sem confrontos. Esta exemplaridade acabou por marcar, com um sinete de amizade histórica, as relações bilaterais luso-brasileiras.

Camões, em *Os Lusíadas*, identifica a vocação de *homo viator* do português de antanho com as navegações intercontinentais, especialmente com a navegação de Vasco da Gama. Mas no canto épico não esconde as limitações que condicionam o agir dos heróis imperfeitos. Só superando os seus próprios medos de “bicho da terra tão pequeno”, o homem português pôde ganhar a ilha dos Amores. Curiosidade insaciável, mas também ambição imensa de glória (e, não raro, de vanglória), assim como, muitas vezes, de bens materiais e de riquezas; meios técnicos que de artesanais e empíricos se transformam em científicos, perante o conhecimento experiente de uma Natureza fascinante que tanto pode levar a um porto seguro como ao naufrágio; propósito de alargar as fronteiras breves do próprio mundo a um Universo sem fronteiras, mas tentação, não raro, de dominar e de explorar ou de sujeitar. O homem português, com uma história em que as clareiras luminosas abrem sulcos de fecunda messe espiritual mas em que, também, não rareiam sombras, espalhou-se pelas plagas sem fim deste maravilhoso Brasil e, como canta o Poeta, “se mais Mundo houvera lá chegara”. Dialogou, tentou conhecer filosofias e religiões diferentes da sua; assimilou o que de melhor existe — e tanto foi — em civilizações antigas, mais antigas do que a sua própria; soube conservar a sua identidade, e sempre, trabalhando, guardou dentro de si o desejo, pela saudade, de um regresso ao seu paraíso natal. Dir-se-ia, como já escreveu Joaquim de Carvalho, num discurso lido nesta prestigiosa cátedra, que a saudade define o que existe, na sua alma, de mais especificamente português. No Brasil, porém, a saudade de Portugal realiza-se na própria essência de uma comunidade que é a sua. Sendo a Língua portuguesa sua pátria, como já disse Fernando Pessoa, o português estabelece no Brasil a sua mansão existencial. Como é possível sentir saudade da pátria em que se vive, que sentimos como nossa, em que falamos o idioma que bebemos com o leite, em que o estilo de vida, a lei, a religião e os costumes tanto se assemelham aos de Portugal?

Gilberto Freire inventou uma teoria, a do lusotropicalismo, para explicar a adaptação fácil do Luso aos países tropicais e ainda a outros. Reconheçamos que, sendo a teoria de um notabilíssimo antropólogo e sociólogo, ela poderá explicar, como em *Casa Grande e Senzala*, muitos comportamentos e atitudes e reações sociais do português, mas do português situado no Brasil, neste imenso Brasil onde ele pôde transmitir à vida comunitária o seu próprio estilo e nos brasileiros encontrou uma sintonização tornada experiência vivencial de muitas origens, com a sua própria concepção do homem e da vida. Se sob estes céus não sentiu a saudade, como “gosto amargo” da infelicidade provocada pela distância e pela ausência do objeto amado, já sob outros céus mais inclementes e mais fechados à sua experiência de comunicação sentiu profundamente a saudade como dor, anelo, desejo ou “desiderium”.

4. “No Brasil” — escreveu o malogrado filólogo Serafim da Silva Neto — “imperava a língua portuguesa. É ela que se ensina nas escolas e nela se vazam os livros de ciência, as obras de Direito, os decretos e disposições administrativas, os contratos e convênios comerciais, as maravilhas da poesia e os primores da prosa artística”. Se existe uma única Língua em Portugal e no Brasil, já o mesmo filólogo reconhece que, sendo a falada a única linguagem que existe, “o todo dessa linguagem é que, em face do português de Portugal, constitui o português brasileiro.” “Por motivos históricos, porém, há, como o sublinha o mesmo Serafim da Silva Neto, uma estrutura linguística comum, que constitui o domínio da língua portuguesa”. Os dois padrões cultos, o português e o brasileiro, integram a mesma língua, o idioma de Camões, de Vieira, de Bilac e de Rui Barbosa.

Se a Língua escrita e falada em Portugal e no Brasil é a mesma, a mesma civilização que nos une e nos torna irmãos (como já disse), embora exista também uma especificidade civilizacional brasileira e portuguesa, para definir a identidade de cada uma das duas pátrias, dotadas de um patrimônio histórico-cultural comum. Tomar consciência desta identidade e destas duas especificidades é dever de todo português e de todo brasileiro, orgulhoso de pertencer a cada um destes dois grandes países.

Se, no Brasil, os Portugueses contribuíram para o engrandecimento desta comunidade de tantos milhões de almas, também a cultura portuguesa deve muito aos homens cultos do Brasil. Bastaria, para o demonstrar, lembrar os nomes de brasileiros, tão patriotas que são tidos como os pais da independência do Brasil, tais como José Bonifácio de Andrade e Silva, Manuel Ferreira da Câmara, Joaquim de Amorim Castro e outros, os quais colaboraram nos trabalhos científicos da Academia Real das Ciências de Lisboa, desde a sua fundação. Nas *Memórias Econômicas* desta Academia, fundada em 1779 pelo Duque de Lafões e pelo sábio naturalista e diplomata Correia da Serra, colaboram, com textos valiosos, de 1789 a 1815, alguns destes intelectuais brasileiros. Aliás, José Bonifácio ensinou *ex cathedra*, em reconhecimento de seus méritos, na Universidade de Coimbra.

A colaboração não tem sido interrompida durante o presente século, de há mais de 50 anos a esta parte, principalmente através da presença de ilustres professores brasileiros nas Universidades de Lisboa e Coimbra. E, também no Brasil, numerosos professores universitários portugueses têm professado nas Universidades de São Paulo, Bahia, Federal do Rio de Janeiro e ainda outras. É desejável que esta cooperação se intensifique. Dela podem apresentar-se como exemplo modelar as Academias Brasileira de Letras e das Ciências de Lisboa, as quais se mantêm em constante entendimento pelo que respeita à política da Língua comum.

5. Na sua oração a que me referi há pouco, pronunciada neste Real Gabinete Português de Leitura, Joaquim de Carvalho procurou realçar os elementos constitutivos da consciência saudosa como uma especificidade portuguesa.

Não vou aqui desenvolver, numa destrição analítica, as razões culturais com que o grande professor da Universidade de Coimbra fundamentou a sua teoria. Que o amor da pátria remonte em Portugal a uma gênese longínqua, já que a origem da nacionalidade lusíada é uma das mais antigas da Europa, ninguém poderá contestá-lo, pois é um dado impugnável da história. Os Portugueses, constituídos numa comunidade nacional há tantos séculos, viveram a grande aventura da Idade Média e da Modernidade forçados a unir-se para resistir a ameaças exteriores, sobretudo ibéricas, e uma vez consolidada essa comunidade no cimento agregador da Nação, viveram juntamente a epopéia dos Descobrimentos, das viagens constantes através dos mares tempestuosos e dos naufrágios mortíferos. A história nacional foi, assim, uma existência comum ou uma convivência existencial que deu à comunidade o sentimento coral da mesma visão do Mundo e da mesma concepção do Homem.

O amor da pátria é um nexó afetivo e intelectual que une a alma à comunidade em que o cidadão se integra, à história dessa comunidade, sentida desde as suas raízes, e, portanto, ao destino futuro da Grei.

Mas esta consciência de um passado glorioso e de uma vivência coletiva no devir histórico não deve levar-nos a uma contemplação inerte da epopéia irrepetível. Os povos que descobrimos atingiram a sua maturidade e conquistaram a sua autonomia, como a todos ensina a lição da História.

Portugal teve uma vocação de diálogo com tantas civilizações. Encontra-se hoje reduzido à sua pequenez geográfica, mas ampliado à gesta revolvida de uma civilização que não morre, a uma cultura, a uma Língua, aos sinais da sua grandeza que são de ordem qualitativa. Está hoje integrado numa Europa que se uniu e se abre para um destino comunitário. A Língua portuguesa é uma das que podem orgulhar-se de ser, graças ao Brasil, idioma de quase duzentos milhões de falantes. Como escreve Joaquim de Carvalho, "o estar *mutável* de Portugal" deverá acordar-se "com o seu *ser* permanente". É pela elevação desta consciência de um olhar sereno para o futuro que a comunidade portuguesa tem de enfrentar os desafios de uma política de paz, de concórdia e de diálogo.

A grandeza do Brasil pode ser um tônico para tornar dinâmico o agir da comunidade portuguesa. A presença de Portugal numa comunidade próspera como a europeia pode ajudar o Brasil a reencontrar-se nos caminhos da sua tradição civilizacional própria. Se na compleição do homem português do passado, tal como Camões no-lo descreve em *Os Lusíadas*, emerge o herói imperfeito, mas que vence, inerte, os obstáculos que antes foram insuperáveis, "o sentido personalista" da nossa vocação "também se rende ao homem bom e justo".

O destino das Nações é hoje o de um intercâmbio de cooperação que contribua para o desaparecimento da miséria material e para o restauro da ordem moral das consciências.

Os países ricos têm de ajudar os que o não são a percorrer um caminho

voltado para a prosperidade, que não é um ideal inatingível. É verdade que, mesmo em paz, os homens podem entregar-se a lutas mesquinhas e a rivalidades estéreis. Mas a lição da História contribuirá para que, como se recomenda em *Os Lusíadas*, a lei seja posta ao serviço de uma justiça que torne os pobres menos pobres pelo combate ao vil interesse, “inimigo da divina e humana lei” (*Lusíadas* VII, 14,4). A paz, segundo Camões, só pode ser uma consequência de leis justas (*Lusíadas*, IX, 94, 1-2). Quando a paz reinar não só na sociedade mas na alma de cada homem, ela poderá projetar-se no espaço e no tempo da vida. Não é uma utopia. Há que esperar contra todas as desesperanças. A nossa época, que dir-se-ia ser de crise econômica e de crise moral, oferece perspectivas exaltantes para o futuro da Humanidade. Não podemos desaproveitar a ocasião. Portugal e o Brasil têm de olhar não um para o outro mas dar-se as mãos para viver, no esforço comum, falando a mesma Língua, as esperanças, que não são ilusórias, de um futuro digno de ser vivido.

Mas esta esperança — importa reconhecê-lo — só se concretizará se forem criadas as condições fundamentais necessárias a uma aberta aproximação entre os povos. Para além do diálogo entre os indivíduos nos espaços institucionais ou nacionais em que se acham confinados, um diálogo de mais vasta dimensão — tanto extensiva como intensivamente — se divisa: aquele que tem por interlocutores as próprias culturas particulares. Culturas que nesse diálogo expõem à crítica a mensagem original de que sejam portadores. Cada cultura é única no seu estilo, por muito que absorva e assimile rasgos próprios de outras. No diálogo entre elas, certo não se trata de aniquilar ou sequer de amortecer a flama que singulariza cada uma e constitui o seu pólo de irradiação. Desse confronto, desse perguntar-responder recíproco, saem elas, pelo contrário, enriquecidas.

Não está, pois, em causa, como escopo a atingir, uma homogeneização de culturas — ou a preparação do advento de uma só cultura à escala mundial: tal não pode dizer-se, nem pensar-se.

Por outra via, dessa interação cultural recíproca advirá, em simultâneo com o aludido enriquecimento de cada uma das culturas participantes, o tomarem consciência os povos dos valores espirituais que são a alma dos outros povos e conformam as respectivas mundividências. E assim cada uma delas poderá mais facilmente intuir a verdade contida na fala do Hamlet: há mais coisas no Céu e na Terra do que as que cabem na tua filosofia... Ora, este reconhecimento por cada povo dos valores dos outros contribuirá seguramente para reforçar o sentimento do respeito da sua dignidade — e será entre todos como um cimento forte, a propiciar o entendimento mútuo e a rasgar diante deles os caminhos da paz, bem supremo (na expressão lapidar de João Paulo II) “a última palavra da história”: a paz como síntese da dolorosa realização plena de todos os valores humanos.